



FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Fabiane Romano de Souza Bridi¹

Resumo

Este artigo se propõe a problematizar, mesmo que em caráter inicial, a configuração atual referente à formação continuada de professores no campo da educação especial. Procura-se relacionar a formação específica na área com a política de formação de professores existente no país. Destacam-se as orientações presente na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) e a proposição do serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no interior das escolas e das redes de ensino. Tal conjuntura tem produzido uma demanda por formação específica na área e esta tem se caracterizado por ser ofertada em serviço (continuado) e na modalidade à distância. Problematizam-se os efeitos desta formação e aponta-se a necessidade de pesquisas que possibilitem conhecer as implicações que tal proposta de formação tem provocado na configuração das práticas pedagógicas que visem os processos inclusivos de alunos no ensino comum.

Palavras-chaves:

Educação especial - formação continuada – atendimento educacional especializado

Abstract

This article seeks to question, even in the initial character, the current configuration on the continuing education of teachers in the field of special education. Tries to link specific training in the area with the policy of training teachers in the country. The highlights are the guidelines in this National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (2008) and the proposition of the service specialized educational assistance (AEE) within schools and school systems. This situation has produced a demand for specific training in this area and has been characterized by service to be offered (continued) and in distance mode. It problematizes the effects of training and pointed out the need for research to gain knowledge of the implications that this proposal has led training in the configuration of the pedagogical practices that focus on the inclusive processes of pupils in common.

Keywords:

Special education – continuing education – specialized educational assistance

¹ Educadora Especial; Professora da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS; Doutoranda em Educação/UFRGS; Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – NEPIE/UFRGS. Endereço eletrônico: fabis.sm@terra.com.br



Introdução

O presente artigo pretende contribuir, mesmo que em caráter inicial, para a discussão sobre a formação de professores no campo da Educação Especial considerando a política governamental que compreende a formação de professores para atuação no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

No campo da educação especial, historicamente, temos acompanhado sucessivas mudanças paradigmáticas, normativas e conceituais que implicam, ou deveriam implicar, em mudanças nas práticas sociais e educacionais envolvendo os sujeitos da educação especial.

Estas mudanças ganharam maior visibilidade a partir da década de 90, através das políticas de inclusão, disseminadas mundialmente por meio de documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (2001). Tais políticas de inclusão permitiram a ampliação dos espaços de discussão sobre a educação especial transpondo seus próprios limites e envolvendo os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Em âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 garantiram o direito à escolarização destes alunos, preferencialmente, no espaço comum de ensino. O ingresso paulatino e sistemático no ensino comum, implicou em necessárias mudanças e (re)significações, para possibilitar tanto o acesso como a permanência, destes alunos, nos espaços comuns de ensino.

As necessárias mudanças e as discussões emergidas no contexto escolar envolveram diretamente a formação de professores, ou a falta de formação, denunciada pelos próprios professores para trabalharem “*com este tipo de aluno*”. É neste contexto que emerge o medo, a resistência e as argumentações que questionam o trabalho com estes alunos considerando a inexistência de experiências anteriores e/ou a falta de formação específica para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Com razão de serem pronunciadas, as argumentações desta natureza serviram para explicitar uma recusa em aceitar este aluno em sala de aula, para justificar um possível fracasso no processo de ensino e aprendizagem e para reivindicar uma formação específica para trabalhar com estes alunos. Mas de que formação específica de professores está se falando?

O foco do presente artigo compreende a formação continuada de professores para atuarem no atendimento educacional especializado, porém algumas considerações sobre a

formação inicial e continuada apresentam-se importantes para que se possa compreender a configuração atual.

Relações entre... Formação Inicial de Professores e a Educação Especial

As ações de formação de professores vêm sendo distinguidas em dois momentos ou dimensões – inicial e continuada – que, por princípio, deveriam ser complementares, caracterizando-se como diferentes momentos de um mesmo processo de formação, que se compreende como inacabado, e por isto, contínuo e permanente.

Em nosso país, durante a década de 90, teve início a reforma educacional caracterizada pela adesão do país às propostas neoliberais que se difundiram por toda a América Latina. Tais reformas produziram muitos efeitos nas delineações políticas, econômicas e sociais do país. No campo da formação de professores pode-se destacar a defesa por uma Pedagogia Pragmática, o lugar central da noção de competência e a formação de um profissional condizente com as exigências mercadológicas e de empregabilidade. (SCHEIBE, 2003, 2004 & FREITAS, 2007).

É neste contexto de reformas educacionais filiadas aos pressupostos neoliberais que ocorre a disseminação das políticas de inclusão em nosso país. No que tange a formação inicial de professores e suas relações com o campo da educação especial, no ano de 2001, a Resolução nº. 2 do CNE institui as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica. As linhas do referido documento apresentam uma distinção entre *professores capacitados* e *professores especializados* para trabalharem com os alunos com “necessidades educacionais especiais”².

Conforme a Resolução são considerados *professores capacitados* aqueles professores das turmas comuns de ensino que comprovem em sua formação (inicial – em nível médio ou superior – ou continuada) disciplinas do campo da educação especial que o capacite para o trabalho pedagógico com os alunos da educação especial. Os *professores especializados* são aqueles formados nos cursos de licenciatura em educação especial ou pedagogia com

² Terminologia adotada nos documentos oficiais até o ano de 2008 para designar todos os alunos que necessitam de recursos extracurriculares para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Com a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) temos uma (re)nomeação dos sujeitos da educação especial. Segundo a nova Política este universo é formado por alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, devendo o trabalho da educação especial centrar-se prioritariamente com estes alunos.

habilitação em educação especial, bem como, os que tenham cursos complementares de estudos ou pós-graduação em educação especial ou áreas específicas da educação especial (BRASIL, 2001).

Com base nas diretrizes acima se tem a introdução de disciplinas específicas do campo da educação especial nos cursos de formação inicial de professores, garantidas ou determinadas através da Resolução CNE/CP nº. 1 de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.

Art. 2º A organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:

II - o acolhimento e o trato da diversidade; (BRASIL, 2002, p.1)

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas; (BRASIL, 2002, p.2 & 3)

Desta forma, desde o ano de 2002, a introdução de disciplinas do campo da educação especial nos cursos de licenciaturas apresenta-se enquanto obrigatoriedade curricular. Estas disciplinas, em geral, aparecem nas grades curriculares como “Introdução à Educação Especial” ou “Fundamentos da Educação Especial” e compreendem aspectos históricos, legais, conceituais e a construção de práticas educacionais vinculadas à educação especial.

Apesar da garantia legal da introdução de disciplinas do campo da educação especial nos cursos de formação inicial de professores, pode-se questionar como esta articulação vem sendo construída. Neste sentido, investigações que se debruçam sobre os efeitos destas disciplinas na formação inicial de professores se fazem necessárias, considerando o caráter inicial desta prática e o pouco conhecimento que se tem sobre suas implicações.

A necessidade compreende ainda, uma discussão mais abrangente e articulada entre as relações da educação especial com a educação básica – tanto no que se refere à formação de professores como à estruturação dos serviços. Tal análise possibilitará identificar a existência da educação especial pertencente ao eixo estruturante da formação e dos

serviços ou a manutenção da sobreposição histórica da educação especial à educação básica. A importância de tal análise centra-se nas imbricadas relações entre formação de professores e construção de práticas pedagógicas.

Ainda no que tange a formação inicial de professores, foi aprovada a Resolução nº. 1 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura (BRASIL, 2006) que determina a extinção das habilitações dos cursos de pedagogia, inclusive no campo específico da educação especial, devendo esta formação ocorrer em nível de pós-graduação ou através da formação continuada.

Com esta resolução, a tendência é que se acentue cada vez mais uma política de formação continuada e de ampliação dos cursos de pós-graduação. Esta tendência aliada às mudanças e avanços constantes do conhecimento, bem como, às diferentes necessidades do exercício profissional, conferem à formação continuada o status de condição ao trabalho pedagógico. No campo da educação especial, Michels (2008) afirma que a modalidade de formação continuada tem sido a estratégia mais utilizada para formar professores que atuam diretamente com o alunado da educação especial.

Referências à formação de professores para atuarem na educação especial, são encontradas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (BRASIL, 2008, p.17 & 18)

Observa-se a contemplação das duas dimensões de formação – inicial e continuada – e esta formação enquanto habilitadora para o trabalho no atendimento educacional especializado. Porém, destaca-se a inexistência de referência à formação de professores que atuam nas salas de aulas comuns do ensino com os alunos da educação especial.

Formação Continuada e o Atendimento Educacional Especializado - AEE

Atualmente, a formação continuada é uma temática que está presente nas propostas educacionais, em diferentes espaços em que se discute e se efetiva as ações de formação como as universidades, as redes de ensino e o contexto das escolas. Pode-se dizer que faz parte de uma política de formação prever espaços de atualização e capacitação em serviço.

Tal ênfase na formação continuada é fruto de pressupostos que têm embasado o perfil do profissional em educação “...um projeto de profissionalização com base na lógica das competências” (SCHEIBE, 2004, p. 183). Desta forma, é possível visualizar um discurso educacional que introduz e defende o currículo por competência, a avaliação do desempenho, a produtividade, a eficiência e a eficácia do ensino visando atender satisfatoriamente as demandas sociais.

No que tange à demanda emergente por formação de professores Freitas (2007) analisa que, desde 2000, a forma adotada pelos sistemas de ensino é condizente com as recomendações dos organismos internacionais que visam atender às necessidades de formação de professores atrelada à redução de custos. Neste contexto, as propostas de formação à distância ganham primazia, se “introduz os tutores, mediadores da formação, supervisionados por docentes universitários alterando radicalmente a concepção e o caráter do trabalho docente no ensino superior”. (p. 4)

Na esteira da ampliação sobre as possibilidades de formação, do barateamento dos custos destinados a esta formação, do aligeiramento desta formação, do privilégio da dimensão prática em detrimento dos aspectos teóricos fundamenta-se a política de formação continuada de professores.

Este modelo, desenvolvido à distância através de mídias interativas e novas tecnologias da informação e comunicação, se organiza em projetos de cursos que partem do trabalho dos professores, exclusivamente em sua dimensão prática, reduzindo as possibilidades de mediação pedagógica necessária no processo de ensino, e não se sustenta quando confrontado com as condições de produção da vida material e da organização da escola e da educação, que demandam outras habilidades, capacidades e competências de seus educadores. (FREITAS, 2007, p.4)

Os autores acima referendados apontam para as configurações atuais da formação continuada e os riscos existentes nas propostas formativas com estas caracterizações. É na dimensão da formação continuada, com o privilégio quase que exclusivo do ensino a

distância, que se têm acompanhado a oferta dos cursos de formação no campo da educação especial para a realização do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação de alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008, p. 10)

A oferta do atendimento educacional especializado e a implementação de salas de recursos multifuncionais em escolas do ensino comum, têm sido acompanhada de uma crescente demanda na formação de professores. Desta forma, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) em parceria com a Secretaria de Educação à Distância têm oferecido o Curso de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. Tal proposta de formação tem integrado um rol de ações que compõe o Programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, em vigor desde 2003. A oferta destes cursos destina-se aos professores das Redes Municipais de Ensino. Com a finalidade de compreender a efetivação de tais propostas no contexto das redes de ensino apresenta-se a experiência da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria.

Delineando a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria e suas Ações de Formação

No contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria vivenciam-se expressivas ações com a intencionalidade de garantir a escolarização de todos os alunos. Em estudo anterior³, através de uma análise documental, foi possível identificar os enunciados das políticas de inclusão em documentos municipais⁴, a consonância destes com as orientações presentes em documentos internacionais e nacionais, e os efeitos na produção de ações que

³ GAI, Daniele & BRIDI, Fabiane. Os enunciados das políticas de inclusão: uma leitura da rede municipal de ensino de Santa Maria. Trabalho apresentado. Anped Sul: Itajaí, 2008. Pesquisa vinculada ao Núcleo de Estudos em Políticas de Inclusão Escolar – NEPIE/UFRGS.

⁴ Análise da Lei Orgânica Municipal e Lei da Gestão Escolar Democrática. O Plano Municipal de Educação não foi incluído porque ainda não está em vigor. Aguarda aprovação na Câmara de Vereadores.

visem à inclusão dos alunos no contexto do ensino comum. É possível identificar uma forte adesão da Rede Municipal de Ensino às propostas de ações inclusivas da SEESP/MEC.

Na esteira das ações desenvolvidas pelo município pode-se destacar a ampliação progressiva de recursos humanos em educação especial; a ampliação do número de matrículas de alunos em situação de inclusão⁵; o fechamento das classes especiais em 2007; e a construção das Diretrizes Curriculares Municipais em Educação Especial⁶.

No que tange a formação de professores, em 2003, a Rede Municipal de Ensino de Santa Maria aderiu ao Programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, tornando-se um dos municípios pólos deste programa. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a as 6 edições do curso de formação para professores e gestores em educação inclusiva⁷. Ainda como parte integrante deste Programa, estão as ações de formação continuada e em serviço através do Projeto Educar na Diversidade, com o objetivo de qualificar os professores e (re)significar as propostas pedagógicas das escolas com vias à efetivação de uma educação inclusiva.

Atualmente no contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria das 80 escolas existentes, em 39 escolas (36 de ensino fundamental e 3 de educação infantil) existe o serviço de educação especial ofertado através do atendimento educacional especializado. A Rede Municipal de Ensino vivencia o processo de implementação das salas de recursos multifuncionais equipadas para o trabalho com as diferentes especificidades do alunado da educação especial.

A Secretaria de Educação Especial SEESP/MEC, em 2007, iniciou um processo de formação continuada de professores para atuarem no atendimento educacional especializado (AEE), em nível de aperfeiçoamento, na modalidade de educação à distância, com 156 horas à distância e 24 presenciais, perfazendo um total de 180 horas. Na esfera municipal Santamariense, tal curso proporcionou formação para treze professores, em suas

⁵ Segundo os dados do Educacenso 2010, existem 405 alunos em situação de inclusão matriculados na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria.

⁶ Documento balizador da atuação do educador especial no atendimento educacional especializado. Apresenta total consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e com o material de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado (SEESP/MEC, 2007).

⁷ Algumas pesquisas têm procurado caracterizar estas formações oferecidas aos gestores e professores pelo Programa Educação Inclusiva – Direito à Diversidade, para maiores esclarecimentos ver: KASSAR, Mônica. Educação inclusiva: direito à diversidade – estudo de caso de um município-pólo. In: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens. Gramado, RS: 2008.

duas edições ocorridas em 2007 e 2008. Cabe destacar que os professores convidados a realizar a formação são, em sua totalidade, educadores especiais que já trabalhavam no atendimento educacional especializado (AEE), denominado anteriormente, de Apoio Pedagógico Especializado, realizando o acompanhamento e a assessoria às experiências de inclusão nas escolas.

A formação foi ofertada pela Secretaria de Educação Especial em parceria com a Secretaria de Educação à Distância e a Universidade Federal do Ceará. Envolveu, nestas duas primeiras edições, a capacitação do profissional para trabalhar no atendimento educacional especializado frente às diferentes deficiências: física, visual, mental e pessoa com surdez.

Este curso, em nível de aperfeiçoamento, foi composto de seis módulos. O primeiro deles, um módulo é introdutório ao ambiente virtual e apresentação dos aspectos legais e pedagógicos para a realização do atendimento educacional especializado. Após, foram desenvolvidos quatro módulos, cada um correspondente a cada uma das deficiências. Cada módulo era introduzido com a apresentação de um caso real, e a partir deste caso, se realizado um estudo teórico sobre a deficiência em questão, um estudo de caso aprofundado sobre a situação escolar do aluno e a elaboração de um plano de atendimento educacional especializado. O último módulo compreendeu o trabalho final do curso realizado com base na história escolar de um aluno que apresente uma das deficiências estudadas e vivencie um processo de inclusão escolar. Este último módulo envolveu o estudo e o aprofundamento teórico sobre a especificidade do aluno e a análise da situação atual em que vive. Com base na identificação de aspectos facilitadores e dificultadores para a sua aprendizagem e inclusão escolar, deveria ser elaborado um plano de atendimento educacional especializado para o mesmo.

O curso de formação acima referendado, em suas duas primeiras edições foi ofertado em nível de aperfeiçoamento (capacitação), e no ano de 2010, passou a ser ofertado em nível de especialização perfazendo um total de 360 horas. Desta forma, os professores que já haviam feito as primeiras edições do curso puderam realizar a carga horária complementar e os professores que não haviam feito puderam realizar a formação na íntegra.

O curso de formação, em nível de especialização, para o atendimento educacional especializado (SEESP/MEC/UFC) está organizado em dez módulos, a saber: 1) Educação à distância; 2) Atendimento educacional especializado; 3) Metodologia da pesquisa; 4) Pessoa

com surdez; 5) Deficiência visual; 6) Deficiência física; 7) Deficiência Intelectual; 8) Transtornos globais do desenvolvimento; 9) Surdocegueira e deficiência múltipla; 10) Monografia de conclusão de curso que compreende a elaboração de um plano de atendimento educacional especializado para um aluno.

Cabe destacar o grande investimento realizado pela SEESP/MEC à formação de professores para o atendimento educacional especializado. Esta formação tem sido realizada através do estabelecimento de parcerias entre a SEESP/MEC e as instituições públicas de ensino. Em 2010, havia em torno de 15 instituições de ensino superior que em parceria com a SEESP/MEC ofertavam cursos de formação (tanto em nível de capacitação, como de especialização) para o atendimento educacional especializado às redes de municipais de ensino.

Conclusões

A política de formação continuada de professores no campo da educação especial vem acontecendo em conformidade com panorama nacional no que tange à formação continuada. As ações de formação do MEC têm “... se pautado pela continuidade de programas de caráter continuado e compensatório, destinados à formação de professores leigos, em exercício à distância, em cooperação com os sistemas de ensino”. (FREITAS, 2007, p. 4)

Se por um lado, a modalidade a distância possibilita o acesso de muitos professores à formação continuada, por outro se faz necessário o desenvolvimento de estudos que investiguem as características desta formação, quais mudanças são produzidas nas práticas educacionais, e como estas mudanças vêm acontecendo no interior das escolas e das redes de ensino. A avaliação das propostas de formação parece despontar, de forma ainda muito frágil, no cenário nacional.

O predomínio da modalidade à distância e o pragmatismo presente nas propostas dos cursos denuncia a ausência de uma discussão de base teórica e conceitual onde se fundamentam as práticas pedagógicas com os alunos da educação especial. Apesar da Política Nacional de Educação Especial prever a articulação do atendimento educacional especializado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2008) não se identifica nas ações de formação continuada para o atendimento educacional especializado, conteúdos que abordem tais temáticas e que propiciem um espaço de aprendizado e

reflexão sobre as possíveis articulações entre educação especial e ensino comum. Neste sentido, as formações têm se caracterizado pela permanência da herança histórica da educação especial como um subsistema à parte da educação, realizando a manutenção do modelo de sobreposição da educação especial ao ensino comum.

O trabalho pedagógico voltado a sujeitos com deficiência que se associa a tais políticas vem permeado de ações e estratégias com pouca organicidade em relação à Educação Básica, organizado no modelo de sobreposição de programas e serviços voltados à diversidade do alunado a uma estrutura excludente. Tais elementos associados a um modelo de formação docente que dissocia professores especializados e professores do ensino fundamental, privilegiando a atenção aos primeiros, reforça pensamentos hegemônicos na escola acerca dos determinantes da deficiência em bases organicistas e funcionalistas, assentando idéias já consagradas de apreensão da diversidade humana. (GARCIA, 2008, p. 17)

No contexto da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria destaca-se a exclusividade de professores com formação em educação especial na realização do Curso de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado (SEESP/MEC) denunciando um privilégio, frente à possibilidade de formação, dos professores especializados em relação ao professores do ensino comum que trabalham diariamente com o alunado da educação especial. Tal afirmação corrobora com a constatação de Michels “há na política da SEESP/MEC uma centralidade na formação dos professores especializados” (2008, p. 15). A prioridade na formação do professor especializado, também reforça a reiteração de um modelo tradicional de educação especial, desarticulado da proposta pedagógica do ensino comum.

... a ênfase na formação dos professores especializados ocorrendo em desequilíbrio com a formação de professores regentes, reforça o modelo de educação especial tradicional, existindo com certa autonomia em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras que atuam nas salas de aula do ensino fundamental.” (GARCIA, 2008, p. 13)

Apesar do presente artigo se propor a uma discussão inicial, os aspectos acima referendados apontam para a necessidade de maior estudo e compreensão sobre os processos de formação de professores para o atendimento educacional especializado, considerando a crescente demanda nesta área e os meios que estão sendo utilizados para atendê-la. Cabe ressaltar, a importância de investigações que avaliem os efeitos de tal

formação, considerando a complexidade de tal ação, bem como, o privilégio de uma leitura crítica e analítica sobre o fenômeno.

As ações de formação, bem como, a construção de práticas pedagógicas parecem apontar para a ausência de uma discussão epistemológica sobre temas vinculados à educação especial tais como, o próprio conceito de educação especial, o diagnóstico, a deficiência, a formação de professores, as práticas pedagógicas com estes alunos, com base nos quais, se sustentam as práticas sociais.

A ausência de uma discussão teórica e conceitual colabora para a manutenção do modelo tradicional de educação especial (GARCIA, 2008, MICHELS, 2008). Esta manutenção se faz presente, tanto nas políticas públicas inclusivas propostas pela SEESP/MEC, como nas ações de formação de professores e na construção de práticas pedagógicas e de escolarização de alunos da educação especial.

Assim, ao se abordar a formação continuada em educação especial, deve-se contemplar as caracterizações desta formação vinculadas a uma política de ampliação do acesso aos cursos, de barateamento dos custos, do predomínio da modalidade à distância, do privilégio da dimensão pragmática e os efeitos desta forma de organização na formação continuada. Além disso, fundamentos específicos do campo da educação especial devem ser contemplados. Estes fundamentos abrangem uma compreensão teórica e conceitual de temas ligados à educação especial, bem como, os modelos de educação especial que subsidiam as propostas de formação na área, atentando para o risco de uma sustentação do modelo tradicional de educação especial.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1**, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia – Licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. MEC/SEESP. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade**. Atendimento educacional especializado. Material de formação docente. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**. Vol 28. Campinas, SP: 2007.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica. **Anais: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens**. Gramado: RS, 2008.

KASSAR, Mônica. Educação inclusiva: direito à diversidade – estudo de caso de um município-pólo. **Anais: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens**. Gramado, RS: 2008.

MICHELS, Maria Helena. Paradoxo da formação docente na política em educação inclusiva: a perspectiva clínica como sustentação do trabalho escolar. **Anais: IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens**. Gramado: RS, 2008.

SCHEIBE, Leda. Políticas para a formação dos profissionais da educação neste início de século: análise e perspectivas. **Anais: Trabalho apresentado na 26ª Reunião anual da Anped, GT 05-Estado e Políticas Educacionais**, 2003.

SCHEIBE, Leda. O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990. **Educar**. n 24. Curitiba: UFPR, 2004.